



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 6, art. 8, p. 154-173, nov./dez. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.6.8>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



O Método Entre o Racionalismo e o Empirismo

The Method Between Rationalism and Empiricism

André Luiz Nunes Zogahib

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas

Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas e Planejamento Governamental da UEA

E-mail: zogahib@gmail.com

Antônio Carlos Barradas Ferreira

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas

Auditor de Controle Externo Tribunal de Contas do Estado do Piauí

E-mail: acb.ferreira@yahoo.com.br

Antônio Rodrigues de Carvalho Neto

Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Piauí

Auditor de Controle Externo Tribunal de Contas do Estado do Piauí

E-mail: arcarvneto58@gmail.com

Endereço: André Luiz Nunes Zogahib

Av. Leonardo Malcher, 1146, Centro, Manaus-AM, CEP:
69.010-150 (ESO/UEA). Brasil.

Endereço: Antônio Carlos Barradas Ferreira

Av. Pedro Freitas, 2100, Vermelha, Teresina-PI, CEP:
64.018-900 (TCE-PI). E- Brasil.

Endereço: Antônio Rodrigues de Carvalho Neto

Av. Pedro Freitas, 2100, Vermelha, Teresina-PI, CEP:
64.018-900 (TCE-PI). E- Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 16/08/2019. Última versão
recebida em 29/08/2019. Aprovado em 30/08/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente estudo faz uma investigação sobre a possibilidade de unir as correntes filosóficas: racionalistas e empiristas, por meio de um método de análise voltado para o preenchimento das lacunas existentes entre elas, sem contrariar a essência das abordagens discutidas. Essas abordagens referem-se às teorias racionalistas de René Descartes e Aristóteles e às teorias empiristas de John Locke e David Hume. Nesse propósito, a pesquisa tem por objetivo: 1. Explicar a influência dos métodos racionalistas de René Descartes e de Aristóteles em um método que una as duas teorias; 2. Explicar a influência dos métodos empiristas de John Locke e de David Hume em um método que una as duas teorias; e 3. Expor os riscos de invalidade dos argumentos decorrentes da utilização distorcida do conhecimento científico, devido ao uso unilateral, tanto do juízo quantitativo como do qualitativo. Trata-se de uma pesquisa documental a partir de fontes bibliográficas dos filósofos abordados. Na análise qualitativa, há inferências de premissas sobre as abordagens teóricas, bem como de argumentos inválidos que envolvem uma análise conjunta das duas correntes. Em seguida, é feita uma avaliação dos riscos de existirem “pontos cegos” nas abordagens, em cada caso. E, finalmente, é consumada uma análise dialética, considerando as premissas enumeradas no texto. Diante das evidências constatadas no estudo, sugere-se que, em determinados casos, é possível a fusão das teorias empiristas e racionalistas com argumentos válidos aplicáveis em métodos científicos quanti-qualitativos, a partir das abordagens realizadas, atribuindo um sentido de complementaridade entre as duas correntes filosóficas.

Palavras-Chaves: Racionalismo. Empirismo. Quanti-qualitativo.

ABSTRACT

The present study makes a investigation on the possibility of uniting the philosophical currents: rationalist and empiricists, through a method of analysis aimed at filling the gaps between them, without contradicting the essence of the approaches discussed. These approaches refer to the rationalist theories of René Descartes and Aristotle, and the empiricist theories of John Locke and David Hume. In this purpose the research aims to: 1. Explain the influence of the rationalist methods of René Descartes and Aristotle in a method that unites the two theories; 2. Explain the influence of the empiricist methods of John Locke and David Hume in a method that unites the two theories; and 3. Exposing the risks of invalidity of arguments arising from the distorted use of scientific knowledge due to the unilateral use of both quantitative and qualitative judgment. It is a documentary research from bibliographical sources of the philosophers approached. In the qualitative analysis, there are inferences of premises about the theoretical approaches, as well as of invalid arguments that involve a joint analysis of the two currents. Next, an assessment is made of the risks of "blind spots" in the approaches, in each case. And, finally, a dialectical analysis is accomplished, considering the premises enumerated in the text. Given the evidence found in the study, it is suggested that, in certain cases, it is possible to merge the empiricist and rationalist theories with valid arguments applicable in quantitative-qualitative scientific methods, based on the approaches carried out, attributing a sense of complementarity between the two philosophical currents.

Keywords: Rationalism. Empiricism. Quanti-qualitative.

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, é comum haver discursos controversos acerca da aplicabilidade das teorias do conhecimento de forma pragmática. Isso ocorre em virtude da alta diversidade de teorias e abordagens filosóficas existentes que possam contribuir no constructo do conhecimento, e ainda devido às diferenças substanciais nas suas proposições, em determinados casos. Tal fenômeno tem influenciado na seleção da metodologia científica a ser adotada perante o problema de pesquisa, bem como no ceticismo justificável sobre a adequação entre a essência da teoria e a realidade (legitimada), como um critério de validade perante a comunidade científica.

Considerando ainda que, de uma forma geral, as teorias não são absolutamente representativas, pois o que se espera nos resultados das pesquisas deve decorrer da conjugação razoável entre alguns aspectos: o escopo do objeto estudado, o grau de associação do objeto com outras áreas, o conhecimento teórico aplicável ao caso concreto, o tipo de teste utilizado e a resposta factual condizente com o mundo teórico (a aderência). É nesse contexto que este estudo fará uma breve análise explicativa acerca de algumas teorias do conhecimento, com ênfase em duas correntes filosóficas, que são bastante divergentes entre si na abordagem: o racionalismo e o empirismo. Isso ocorrerá por meio da abordagem dos principais filósofos que aderiram a elas, respectivamente: René Descartes, Aristóteles, John Locke e David Hume.

No geral, o racionalismo defende que a substância dos corpos só pode ser atingida pela razão e que os dados obtidos pelos sentidos são muito imprecisos, enquanto o empirismo defende que a mente realiza o aprendizado por meio do armazenamento de ideias oportunizadas pela experiência, sem a qual a mente estaria condenada a estabelecer relações baseadas em meras ilusões.

É nesse propósito que René Descartes (1996, p. 16), em “Discurso do Método”, reporta-se à necessidade da valoração do discurso cartesiano, quando for constatada a certeza atribuída às proposições: “Pois, enfim, o método que ensina a seguir a verdadeira ordem e a enumerar exatamente todas as circunstâncias daquilo que se procura contém tudo quanto dá certeza às regras da aritmética”.

Independentemente do caso estudado, é comum as circunstâncias anunciadas envolverem um cenário integrado por partes associadas que se relacionam entre si, segundo uma lógica que, para os racionalistas, é dita aritmética ou matemática. Esse requisito de

constituir uma certeza, por meio das relações sustentadas pelo raciocínio cartesiano, torna-se uma das condicionantes para a construção do conhecimento nessa teoria.

O empirismo, por sua vez, advoga o valor dos sentidos e um discernimento à luz do sensibilidade advindo da percepção sobre diferentes objetos. Para essa corrente comparar ideias entre si, visando a atingir um dimensionamento útil das coisas, decorre de uma operação da mente que envolve uma enorme quantidade de ideias abarcadas nessa relação, devido à sua extensão.

Sendo um dos adeptos do empirismo, Locke *apud* (MARTINS; MONTEIRO, 1999, p. 11), na obra “Ensaio acerca do entendimento humano”, diz existirem formas de percepções, como se vê:

A noção de ideias simples coloca de imediato o problema de saber se elas são mesmo representativas, isto é, imagens das coisas exteriores ao sujeito que as percebe. Para melhor solucionar a questão, Locke separa as ideias simples em dois grupos. O primeiro é formado por ideias “enquanto percepções em nosso espírito”; o segundo, “enquanto modificações da matéria nos corpos causadores de tais percepções”. Estas últimas seriam efeitos de poderes ou potências capazes de afetar os sentidos humanos. (LOCKE *apud* MARTINS; MONTEIRO, 1999, p. 11).

Essa concepção faz alusão essencialmente a aspectos transcendentais a uma análise interna de quaisquer proposições, privilegiando o uso dos sentidos para a consecução da verdade, em contraposição ao racionalismo. O filósofo ressalta também que a noção do sujeito em relação ao objeto deve ser avaliada quanto ao nível de representatividade deste sobre a percepção daquele.

Nesse particular, com o propósito de elucidar a questão, Haguette (2013, p. 197) aborda aspectos acerca da dicotomia entre o empirismo e o racionalismo, como correntes filosóficas não opostas necessariamente:

Na realidade, meu argumento é que racionalismo e empirismo não se constituem como oposições insuperáveis. O oposto do racionalismo é o irracionalismo enquanto o do empirismo é o idealismo. Como muito bem percebeu Lukács, “o assalto à razão” é perpetuado pelas várias formas de irracionalismo, não pelo empirismo. Em outras palavras, quer argumentar que o movimento racionalista da época moderna se desdobrou numa dupla direção: o idealismo e o empirismo. O empirismo não dispensa a razão embora possa reduzi-la a uma razão instrumental como arguiu a Escola de Frankfurt. O empirismo não é um irracionalismo, embora possa ser um enfraquecimento da razão. Ele é uma forma de conhecimento e exige racionalidade; não pode, portanto, ser rejeitado simplesmente (HAGUETTE, 2013, p. 197).

A lucidez, a perspicácia e a experiência do empirismo são necessárias para o aprimoramento e os testes de validade de métodos racionalistas, uma vez que a ordem natural

das coisas rege os fenômenos que no geral constituem os objetos de pesquisa, e, por sua vez, não dispensam o uso da razão nem da observação como instrumentos úteis para a pesquisa científica. Em face desse dilema entre a possibilidade ou não de conjugar as duas correntes filosóficas é que o estudo tem como objeto de pesquisa a consecução de argumentos válidos para a elaboração de métodos científicos quanti-qualitativos, com fundamento filosófico, a partir da fusão das teorias racionalistas e empiristas.

Paradoxalmente, ambas as teorias concordam com a existência do mundo experimental (tendente ao Empirismo), bem como com a categorização e a aferição da medida das coisas (tendente ao Racionalismo), embora em níveis e abordagens diferentes entre si. Assim, o problema de pesquisa consiste nas lacunas existentes entre o racionalismo e o empirismo, como pressuposto de divergência entre as duas correntes filosóficas.

Ou seja, a pesquisa trata de uma discussão filosófica em busca de argumentos capazes de estruturar metodologias com ênfase simultânea nas duas teorias, vindo a “preencher” as lacunas controversas existentes nos pontos divergentes entre elas, como um instrumento de aplicabilidade científica. Nesse intuito, o que seria divergente ganharia um sentido de complementaridade, visando ao aprimoramento do método científico.

Com o propósito de abarcar um conhecimento teórico suficiente para o alcance dos resultados pretendidos, tem-se como objetivo geral da pesquisa, que consiste em investigar a possibilidade de fusão das teorias empiristas e racionalistas na consecução de argumentos válidos aplicáveis em métodos científicos quanti-qualitativos, a partir dos seguintes filósofos: René Descartes, Aristóteles, John Locke e David Hume.

Tal objetivo merece uma divisão em etapas, que serão cumpridas de maneira concatenada. Trata-se dos objetivos específicos da pesquisa, que são os seguintes: 1. Explicar a influência dos métodos racionalistas de René Descartes e de Aristóteles em um método que una as duas teorias; 2. Explicar a influência dos métodos empiristas de John Locke e de David Hume em um método que una as duas teorias; e 3. Expor os riscos de invalidade dos argumentos decorrentes da utilização distorcida do conhecimento científico, devido ao uso unilateral, tanto do juízo quantitativo como do qualitativo.

No que diz respeito ao método de abordagem no presente estudo, será adotado o dialético. A tipologia qualitativa será utilizada quanto à abordagem do problema de pesquisa. Quanto aos objetivos, será a explicativa. Já quanto aos procedimentos será a bibliográfica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Racionalismo sem empirismo *versus* empirismo no racionalismo

Inicialmente, cabe um questionamento fundamental acerca da aplicabilidade do racionalismo nos métodos científicos, sem descuidada, é claro, do rigor necessário nessa análise: Qual é a relação entre o objetivo geral e a delimitação de qualquer pesquisa a ser realizada?

Esse cuidado deve haver principalmente quando a pesquisa contempla uma abordagem mais elaborada e trata de temas mais abertos (com um escopo mais amplo), ou seja, com maior nível de associação entre ideia nuclear a ser pesquisada e outros assuntos menos palpáveis, o que amplia o risco de comprometer a concretude do produto da pesquisa, que é representado, em regra, por conversão da resposta em números (com um viés quantitativo).

Isto é, em uma conjectura, afirmar com legitimidade se uma resposta parcial de pesquisa sobre uma proposição é “sim” ou “não” pode revelar uma informação crucial no curso do estudo, bem como a necessidade de continuar a pesquisa para realizar-se uma investigação mais profunda do objeto pesquisado, durante as etapas sucessivas. Dificilmente uma pesquisa poderá ser finalizada com um bom aproveitamento somente com esse levantamento sumário de informação, englobando duas alternativas, embora isso não desqualifique a resposta em determinados contextos.

Então, nesse prisma, é possível que a pesquisa quantitativa contribua com o rigor de alguns estudos empíricos, ao atribuir valor de certeza cartesiana às proposições. Isso pode ocorrer por meio de números que fundamentam conclusões sobre fenômenos carregados de propósitos ou motivações, cuja inferência estará baseada em eventos repetitivos, com naturezas semelhantes. A recorrência de eventos, na certeza binária do tipo “sim” ou “não”, é puramente cartesiana, podendo desvelar informações relevantes à luz dos experimentos, capaz de contrariar, inclusive, o senso comum, embora muitas vezes seja carente de pormenores.

Foi nesse propósito que Aristóteles (2010, p. 40), na obra “Categorias”, referiu-se ao fragmento abaixo, esmiuçando a estrutura interna sobre a afirmação de algo, em busca de um sentido lógico, avaliando a suficiência do que foi dito para concluir-se a respeito:

[...] A existência do ser humano, por exemplo, requer a verdade da proposição na qual afirmamos sua existência. Vale também o inverso, pois se ele existe, consequentemente a proposição que afirma tal fato será verdadeira. Se a proposição, reciprocamente falando, for verdadeira, então o homem aludido necessariamente existirá. **A proposição verdadeira, entretanto, não é, de modo algum, a causa da existência do tal homem assim existente [...]** (grifo nosso). (ARISTÓTELES, 2010, p. 40).

Cabe salientar que a proposição de que o homem existe como um fato verdadeiro não tem por si só nexos causais com a sua existência em si, pois a estrutura interna da proposição requer algumas relações com recursos lógicos para uma análise de validade ou invalidade no conjunto afirmado.

Fica evidente, então, que o ponto de vista cartesiano não nega o valor ontológico da experiência, porém aponta a sua imprecisão como um aspecto intangível. Essa abordagem muitas vezes acarreta a constituição de verdades fundamentalmente lógicas em detrimento das variáveis associadas ao mundo experimental. Trata-se de um pensamento que robustece a razão pela certeza cartesiana, embora esteja em regra isolada de outras variáveis supostamente essenciais à luz dos experimentos.

É nessa esteira que Descartes (1970, p. 17), na obra “Regras para a direção do espírito”, afirma que nenhuma outra ciência obedece ao rigor da demonstração, quanto ao nível de certeza, como a aritmética e a geometria:

De tais considerações infere-se claramente porque é que a Aritmética e a Geometria são muito mais certas que as outras disciplinas: **são efetivamente as únicas que lidam com um objeto tão puro e simples que não tem de fazer suposição alguma que a experiência torne incerta**, e consistem inteiramente em conseqüências a deduzir racionalmente. São, pois, as mais fáceis e claras de todas, e têm um objeto tal como o exigimos já que, exceto por inadvertência, parece difícil nelas um homem enganar-se (**grifo nosso**) (DESCARTES, 1970, p. 17).

Para o filósofo, há premissas fundamentais a serem consideradas ao se estudar um objeto, qual seja: 1º dois eventos reciprocamente verdadeiros não presumem o nexo causal entre ambos; e 2º a essência do objeto satisfaz a representação da variável para fins de mensuração cartesiana.

Ao abordar a corrente racionalista, Haguette (2013, p. 194), sugere que Aristóteles e Descartes têm algo em comum, no que diz respeito à essência do discurso deles, o uso da razão:

Como explicar, por exemplo, que Aristóteles, este genuíno e seminal pensador racionalista, pai espiritual de Tomás de Aquino, Hegel e Marx, tenha valorizado os sentidos a ponto de escrever a frase, retomada séculos depois por Tomás de Aquino: “nada há no intelecto que não tenha passado pelos sentidos”. Descartes, inventor do racionalismo moderno, não terá fornecido água ao moinho de empirismo ao privilegiar a física [...]. (HANGUETE, 2013, p. 194 e 195).

De fato, há uma sutil diferença na abordagem de ambos os filósofos racionalistas, pois enquanto Aristóteles não despreza o valor dos sentidos, Descartes atuou de forma diferente, haja vista que os sentidos não eram elementos considerados em suas teorias e métodos.

Apesar dessa constatação, alguns filósofos têm questionado sua validade, conforme o demonstrado.

Em suma, a abordagem de Aristóteles pode ser concebida como um meio termo entre o racionalismo e o empirismo, devido à busca incessante pelo caráter prático de suas ideias na vida experimental. Esse aspecto faz as teorias aristotélicas transcenderem a mera abstração imanente de suas teorias. Ou melhor, seu método é uma intermediação entre o método de Descartes e os da corrente empirista.

Segundo Thiry-Cherques (2003, p. 4), no seu artigo intitulado “O racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje”, o filósofo associa a razão aos fins, como se vê:

Ora, para Aristóteles, a razão se reparte segundo os fins. É o fim a que se destina que faz com que a *sophia*, a alma teórica, a *techné*, a perícia produtiva, o *nous*, o intelecto que capta as intuições, a *episteme*, o conhecimento dedutivo, sejam diferentes. A razão prática, a alma calculadora, que é a porção da alma que aqui nos interessa, tem a sua especificidade no fato de captar a verdade a partir de um desejo, de um impulso e controlá-lo através da razão [...] A sabedoria prática se dá em relação aos meios. Ela abrange os meios que levam aos fins determinados pela virtude se dirigindo ao indivíduo; da mesma forma como a política se dirige ao Estado [...]. (THIRY-CHERQUES, 2003, p. 4).

A referida abordagem concebe a razão prática como um caminho que liga o pensamento a determinado fim. E é essa finalidade a ser atingida que estabelece a órbita sob a qual os fundamentos devem constituir a racionalidade.

Portanto, à luz do pragmatismo, para Aristóteles (2010, p. 405) é possível testar as substâncias de objetos delimitados, relacionando-os a fim de inferir-se o que de fato os qualificam:

Acrescente-se que, se numa dada qualidade uma coisa é excessiva e a outra é insuficiente relativamente ao mesmo padrão e se uma excede algo detentor da qualidade, enquanto a outra excede algo que não a detém, então fica claro que a primeira exibe tal qualidade num grau mais elevado. É necessário também verificar, como algo resultante da adição, se alguma coisa adicionada à mesma coisa constitui o todo de uma certa qualidade num grau mais elevado, ou se, sendo adicionada a alguma coisa que detém a qualidade num grau inferior, transmite à todo tal qualidade num grau superior [...]. (ARISTÓTELES, 2010, p. 405).

Um ponto crucial dos ensinamentos de Aristóteles é a prática recorrente da categorização dos objetos, conjugados com o estudo racional de suas essências, através das possíveis relações.

Seguindo o raciocínio aristotélico, pode-se então constatar a validade de um argumento experimental ao obedecer a quatro formas de abordagem e três premissas básicas.

A primeira forma de abordagem consiste em identificar e delimitar a qualidade primária do objeto de estudo (o *status quo*). A segunda em fragmentar essa qualidade em partes conceitualmente admissíveis sem desconstrução de sua substância primária. A terceira em aferir as mutações possíveis do *status quo* em função do excesso ou da falta de parte da substância, entendendo as causas decorrentes do acréscimo de nova substância ou decréscimo de alguma já existente. A quarta consiste em associar as substâncias fragmentadas com outras variáveis externas, a fim de atingir os resultados desejáveis com os testes.

Por outro lado, as premissas, como fundamentos básicos dessa corrente, são as seguintes: 1º preservar a essência das partes dissociadas em função do todo, sem desnaturá-las; 2º dotar tanto a unidade como as partes delimitadas de poder informativo, alinhando-o com as intenções daquilo que se pretende alcançar na pesquisa; e 3º preservar a constância das variáveis insignificantes na pesquisa, durante os testes, devido à irrelevância delas, por ausência de nexo causal com a substância do objeto primário.

Ressalta-se que o pensamento cartesiano atribui um sentido lógico para as relações de cunho aristotélico, sendo capaz de consolidar uma verdade mais concreta do que a empirista. Essa postura deixa a riqueza de detalhes e o poder informacional dos objetos pesquisados, na maior parte, por conta do rigor experimental nutrido pelos sentidos desta corrente filosófica, sem decepcionar o sentido lógico estabelecido pelo racionalismo.

Finalizando o raciocínio, tais relações lógicas não presumem o resultado geral da pesquisa, mas constituem uma sistemática cartesiana capaz de receber variáveis (objetos) que sejam produtos de elaboração mental de cunho empirista, para aplicar os princípios internos, segundo a imanência racionalista.

2.2 Empirismo sem racionalismo *versus* racionalismo no empirismo

Por outra via, o empirismo preocupa-se com o componente que transcende as relações lógico-sintáticas imanentes no pensamento cartesiano. Trata-se da observação, bem como do juízo das percepções e sentimentos gerados por ela, pelo caminho da sensibilidade.

Ao falar de método científico, Locke (1999, p. 30) delineou uma sequência que leva o pesquisador a se autoexaminar acerca do conhecimento que realmente possui a fim de estabelecer os limites entre este e a opinião:

Primeiro, investigarei a origem daquelas ideias, noções, ou qualquer outra coisa que lhe agrade denominar, que o homem observa, e é consciente de que as tem em sua mente, e o meio pelo qual o entendimento chega a ser delas provido. [...] Segundo,

tentarei mostrar que conhecimento e entendimento tem dessas ideias, e a certeza, evidência e extensão delas. [...] Terceiro, farei alguma investigação acerca da natureza e fundamentos da fé, ou opinião; entendo isto como o assentimento que damos para qualquer proposição como verdadeira, ou dessas verdades de que ainda não temos conhecimento certo. Teremos, assim, ocasião para examinar as razões e graus do assentimento. (LOCKE, 1999, p. 30).

O filósofo adota uma postura subjetiva acerca do processamento das noções sobre algo na mente das pessoas, por meio do entendimento, que juntamente com o conhecimento, estão associados à certeza, à ideia e à evidência, em diferentes níveis de extensão.

Essa abordagem se reveste de importância na pesquisa, pois, embora seus aspectos estejam relacionados integralmente ao mundo sensível, presume-se que há na sua substância um valor ontológico considerável, em meio às dificuldades de comprovar-se tal status por evidências demonstráveis cientificamente. Muito embora os fatos, muitas vezes, possam constatar-las.

Paradoxalmente, o papel que, na corrente do empirismo, reveste-se de um exercício da própria consciência e satisfaz subjetivamente as lacunas da dúvida cética, em regra, encontra-se desprovido do rigor sistemático peculiar do racionalismo, em termos quantitativos e racionais.

Na abordagem do Locke, há uma evidenciação de premissas necessárias a fim de constatar-se a veracidade da informação processada pela mente, como substrato do pensamento e da produção do conhecimento, ao investigar-se sobre as ideias concebidas: 1º a sua origem; 2º o nível de consciência em tê-las; 3º a eficácia do meio de comunicação ao obtê-las; 4º o entendimento que se tem delas; e 5º a relação entre a natureza e a crença que se tem delas.

Trata-se, na verdade, de um filtro subjetivo peculiar a cada observador sobre determinada ideia, que tem potencial para causar múltiplas variações de opiniões acerca de um objeto de estudo. Ou seja, se a convicção sobre algo representa um recurso peculiar de cada pessoa, ao preceder uma atitude individual sobre determinado objeto estudado, acredita-se que tal complexidade é capaz de tornar improvável que uma relação de causa e efeito entre a crença e a atitude decorrente da crença resulte necessariamente em uma certeza razoável. Por outro lado, nada impede que outros fatores indeterminados não mencionados influenciem nessa convicção, o que muitas vezes torna esse método incompleto e incerto, mas não menos importante.

Complementarmente, Hume (2004, p. 28), outro filósofo empirista, foca as questões que envolvem as operações da mente:

Essa tarefa de ordenar e distinguir, que não tem mérito quando exercida sobre objetos externos, os objetos de nossos sentidos, cresce em valor quando dirigida para as operações do entendimento, proporcionalmente ao esforço e à dificuldade que exige de nós para sua realização. (HUME, 2004, p. 28).

O entendimento para o filósofo é um processo mental que se inicia com a percepção dos objetos pelos nossos sentidos, cujo entendimento ocorre mediante um crivo peculiar de cada pessoa que envolve um dilema de esforço e dificuldades.

Destarte, no empirismo, a sensibilidade tem uma função primordial de agregar conteúdo na busca da verdade sobre o objeto pesquisado, ampliando o poder informacional de uma opinião qualitativa. Não se refere necessariamente à busca de evidências por meio do rigor demonstrativo do racionalismo, que funciona grosso modo por alternativas restritas e certezas claramente definidas, mas representa normalmente sentimentos ou perspicácia das pessoas acerca do objeto, com maior amplitude opinativa.

A essa vertente particularmente não incumbe a função de decidir sobre a estrutura interna da sistemática que preserva as relações das variáveis analisadas no processo em análise, cabendo essa função ao cartesianismo, mas exerce o papel de preencher o conteúdo das variáveis que alimentam e retroalimentam o processo de análise racionalista.

Desde o início da pesquisa, esse princípio sobre o entendimento da segregação das teorias racionalistas e empiristas e, ao mesmo tempo, de conjunção entre elas, visa a preservar o uso da razão, por meio do rigor cartesiano, evitando-se, assim, o comprometimento da conclusão, que ocorrerá *a posteriori*.

Detalhando mais a fundo o pensamento de Hume (2004, p. 28), ele aborda mais especificamente o comportamento de determinadas variáveis que se referem ao processo mental do entendimento humano:

Com relação às operações da mente, é notável que, embora sejam as que se apresentam a nós de maneira mais íntima, parecem envolver-se em obscuridade sempre que se tornam objeto de reflexão, e não visualizamos prontamente as linhas e contornos que as demarcam e distinguem. **Os objetos são demasiado tênues para permanecerem por muito tempo como o mesmo aspecto e na mesma situação**, e devem ser apreendidos instantaneamente por uma perspicácia superior, derivada da natureza e aperfeiçoada pelo hábito e pela reflexão (**grifo nosso**). (HUME, 2014, p. 28).

Há aqui uma crítica frontal do empirismo à regularidade estática dos postulados cartesianos, exigindo, para uma análise real da proposição, uma abordagem que vai além do racionalismo, por meio da denominada perspicácia superior.

A visualização bem definida das linhas que delimitam as certezas sobre os objetos, por sua vez, representa um fator preponderante para que haja a construção de qualquer argumento considerado logicamente válido. Recurso esse que, segundo a teoria do filósofo, requer de perspicácia advinda da natureza e que seja aprimorada pelo hábito e pela reflexão sobre tais objetos analisados.

Infere-se, ainda, que o fator tempo torna-se relevante na delimitação do escopo de determinado objeto analisado, considerando uma variável contínua, estatisticamente falando. Assim, a expressão “instantaneamente”, ao reportar-se à atitude de “perspicácia superior”, atesta que, nesta teoria, o juízo seria “mais puro” caso fosse hipoteticamente realizado em cada circunstância sucessiva, pontualmente observada, capaz de alterar o objeto de estudo.

Esse juízo puramente empirista, no entanto, não tem o condão de afirmar qual é o lapso temporal admissível capaz de alterar a verdade concebida anteriormente, ou de atestar o porquê de o resultado proveniente de possíveis relações analisadas não ter permanecido intacto no decorrer do tempo.

Resumindo, para avaliar a mudança do *status quo* de um objeto, em comparação com um segundo momento, não basta que exista um sentimento de que algo mudou, é relevante saber por que mudou, delineando as prováveis causas e os limites das variáveis intervenientes, como um recurso do racionalismo.

Assim, nessa teoria, a segurança sobre a certeza das conclusões alcançadas ou de suas reavaliações seria satisfeita, por meio de outros juízos situacionais, durante um processo indeterminado de construção da verdade sobre o objeto estudado, e suas relações.

Conclui-se, então, da abordagem de Hume que há algumas premissas a serem concebidas sobre o objeto a ser estudado: 1º o objeto sofre transformações capazes de mudar as conclusões com o passar do tempo; 2º o intervalo de tempo que marca uma possível alteração nas conclusões é indeterminado; 3º apenas uma “perspicácia superior” é capaz de descrever legitimamente o objeto; 4º a “perspicácia superior” é um atributo derivado da natureza, sendo aprimorado pelo hábito e pela reflexão.

Por fim, em sua teoria, o filósofo prioriza o caráter mutável do objeto estudado em função do tempo, bem como estabelece a condição de haver um “olhar” aprimorado sobre os fenômenos que se apresentam em um novo cenário distinto de outrora, para que seja feita uma adequada conclusão sobre o estudo do objeto de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Os Argumentos inválidos para a fusão das correntes racionalistas e empiristas

Para que sejam propostos argumentos válidos acerca do estudo que visa unir as teorias racionalistas e empiristas sem contrariar as premissas inferidas das abordagens supracitadas, é relevante que haja uma breve discussão acerca da essência do pensamento dos quatro filósofos apresentados, nos capítulos anteriores, a fim de conjecturar argumentos inválidos provenientes dessa fusão.

A princípio, entende-se por fusão, o ponto de intersecção entre as duas teorias (racionalista e empirista). Já o “ponto cego” da teoria empirista consiste na aplicação unilateral de teorias com um viés preponderantemente qualitativo. Enquanto o “ponto cego” da teoria racionalista representa a aplicação unilateral de teorias com um viés preponderantemente quantitativo.

É importante enfatizar que não há nada de incoerente ou inadequado realizar um juízo sobre determinado objeto, aplicando-se qualquer das duas correntes filosóficas com os respectivos “pontos cegos”. Até porque, dependendo do assunto que envolve o objeto, bem como da abordagem utilizada e dos resultados pretendidos, isso se torna viável.

Adentrando na discussão desse capítulo, alguns questionamentos podem esclarecer aspectos de ordem cultural que, em regra, dificultam a aceitação do juízo quantitativo em torno de variáveis qualitativas, são eles: O que não pode ser considerado quantitativo no cotidiano? A cultura educacional disseminada sobre o juízo quantitativo nos induz a pensar que números podem representar somente algo exclusivamente tangível, mas um fundo de comércio (por exemplo) não é algo intangível, sendo passível de quantificação? Ou são quantificáveis somente os intangíveis que têm valor monetário, por razões mercadológicas?

Em suma, não aparenta ser algo prudente o fato de a cultura educacional estabelecer estereótipos que limitem a aplicação de métodos científicos capazes de sinalizar possíveis contradições em afirmações qualitativas, pelo simples hábito de satisfazer tendências epistemológicas. Essas tendências estereotipadas, por si só, não têm o condão de desprezar o juízo quantitativo sobre aspectos intangíveis do cotidiano, embora represente um “ponto cego” do juízo qualitativo, em detrimento de uma investigação mais depurada.

Por outro lado, o argumento que diz: “Medir quantitativamente apenas algo tangível é condição suficiente para uma aferição cartesiana dos fenômenos” é considerado inválido,

além de ser um sofisma endossado pela força do hábito, sendo também um “ponto cego” do juízo quantitativo. Trata-se do primeiro argumento inválido.

Afirmar para que serve o racionalismo não limita sua extensão, em escopo e quantidade, embora tenha que preservar o rigor metodológico de suas teorias na construção do conhecimento. É nessa fronteira que se insere o empirismo, com as suas ideias nucleares, carregadas de ânimo, motivações e propósitos, diante de um jogo social, político e econômico, ou fenômenos da natureza, sujeitos às constantes mudanças.

Por vezes, é enriquecedor para o estudo que tais fenômenos sejam transformados em dados quantitativos capazes de representar a realidade com fidedignidade (a aderência), sem desnaturar a essência do pensamento empirista, sob pena de o juízo ser unicamente qualitativo, caracterizando, por vezes, um “ponto cego” dessa teoria.

De forma associada, tem-se o segundo argumento inválido: “Um juízo puramente qualitativo sobre determinada proposição, considerando somente o entendimento, o nível de consciência e a experiência do pesquisador, não é passível de contradição ou falsidade com base no racionalismo”. Tal conclusão carece do juízo cartesiano sobre as relações presentes na estrutura interna da afirmação como um todo, cujo rigor metodológico da análise é necessário para atestar a validade da afirmativa.

No geral, quando se relacionam as partes de algum objeto extenso, no viés racionalista, é imprescindível que cada parte tenha um significado próprio à luz do empirismo, assim como o todo uno. Isto é, a aplicação de uma teoria não anula a outra, pois ambas são imbricadas com finalidades complementares.

Nesse contexto, a condição anterior leva à discussão do terceiro argumento inválido: “A extensão indefinida do objeto à luz do empirismo é mais importante do que a essência nuclear de suas ideias carregadas de sentido prevalecente no mundo prático”.

O sentido qualitativo de qualquer pesquisa não deve incluir aspectos que tenham relações distantes e insignificantes com o objeto que se busca elucidar, sob pena de dispersão no estudo. Assim, na pesquisa quanti-qualitativa, um escopo de estudo carregado de “teor informativo” prevalecente é que irá direcionar os apontamentos para o juízo quantitativo das variáveis existentes, a fim de permitir a realização de testes em busca de argumentos válidos e só depois fazer inferências qualitativas finais, por ocasião da conclusão.

Complementarmente, a sensibilidade no empirismo não deve se fundar em um sentimento por simples “protocolo” do paradigma qualitativo (ou idiossincrático), mas é importante que se investigue toda e qualquer questão empírica que seja nuclear para a composição do teor quantitativo das variáveis em estudo.

Por outro lado, o quarto argumento inválido se refere à inadequada aplicação do ceticismo na construção do conhecimento, na medida em que se refere às duas correntes filosóficas, e diz o seguinte: “O ceticismo sobre qualquer proposição, que tenha como foco um “ponto cego” sobre determinado objeto de pesquisa, não necessita demonstrar argumentos contraditórios para ser considerado válido”.

Em regra, é importante a ocorrência de ceticismo na construção da ciência, porém a existência de um “ponto cego” em qualquer conclusão sobre o objeto estudado, por si só, não tem o condão de desestruturar um argumento, por três motivos: 1. Inicialmente deve-se medir o nível de influência dos aspectos levantados pela postura cética em relação à provável mudança do resultado alcançado no estudo e, só depois, avaliar sua relevância; 2. Deve-se avaliar a essência e o sentido lógico do objeto em discussão, a fim de que o ceticismo não separe o argumento de suas premissas, cuja razão de ser já foi avaliada anteriormente; e 3. Deve-se avaliar se um determinado “ponto cego” existente no objeto é irrelevante, quando a pesquisa é essencialmente quanti-qualitativa, uma vez que a aderência entre os números representativos dos fenômenos e o teor qualitativo de ordem prática deve estar preservada.

Sequencialmente, o quinto argumento inválido diz que: “Os eventos repetitivos atinentes a aspectos intangíveis devem ser estudados apenas qualitativamente, pois isto basta para um juízo verdadeiro”. Tal assertiva diz respeito ao estudo da recorrência de fenômenos (da natureza, sociais, dentre outros) que requerem, em regra, estudos qualitativos, mas que podem estar associados a outros eventos, ocasionando um “ponto cego” relevante no resultado da pesquisa.

No ensejo, quantificar esses dados aumenta a possibilidade de se fazer inúmeras abordagens de estudo pelo uso de mais de um método científico, o que pode acarretar resultados surpreendentes, outrora ocultos devido a restrições provocadas por estereótipos epistemológicos.

Por fim, o sexto argumento inválido se refere a situações comuns no dia a dia, quando descreve um sofisma presente na estrutura de uma afirmação puramente qualitativa, que normalmente se apresenta oculto (o sofisma), por carecer de uma investigação mais profunda à luz do racionalismo, que diz o seguinte: “Presume-se que determinado evento contemple um sujeito sob a condição de que ocorra outro evento esperado, cuja garantia de ocorrência se dá por meio da força normativa ou afetiva”.

A assertiva apresentada refere-se mais especificamente a eventos subordinados a múltiplas possibilidades de escolha do sujeito, que naturalmente estará livre a variações de condutas. Isso acontece devido à visão míope sobre a noção real da extensão que há entre a

conduta que representa uma ação e a reação esperada, carregada de um propósito “volúvel” para o sujeito.

É possível, tanto quanto normal, que a influência de outras variáveis passíveis de distorcer o propósito contínuo dos eventos esperados venha a usurpar as expectativas a que se direciona uma ação, devido ao surgimento de novas relações entre o sujeito e essas variáveis desconhecidas, no trajeto percorrido pela busca do objetivo inicial.

Nesse particular, o racionalismo seria uma corrente recomendável para a análise dessas relações inesperadas, com o objetivo de compreendê-las, por ser instrumentalizado pela aferição da noção de sentido e intensidade. Isso pode ser feito por meio do entendimento experimental dessas relações, com a “quebra” da continuidade do propósito inicial, sob o ponto de vista racionalista.

Assim, com o emprego do racionalismo, haverá uma maior segurança epistemológica acerca das conclusões resultantes dessas variações de condutas, uma vez que estas estão, em regra, passíveis de aderirem a propostas inesperadas dessas relações dispersivas, com o potencial de sabotar a presunção inicialmente concebida.

Finalizado este capítulo, a discussão sobre os seis argumentos inválidos apresentados tem como principal incumbência preservar o alcance dos objetivos de pesquisa e suas conclusões com segurança razoável, por meio do entendimento dos riscos que o pesquisador tem de incorrer em sofismas ou incoerência naquilo que se refere à aplicação de juízos quanti-qualitativos, entre as duas correntes filosóficas.

4 CONCLUSÃO

Em face do estudo realizado, conclui-se que as diferentes abordagens, tanto das teorias racionalistas quanto das empiristas, contribuem para a construção de argumentos validamente admissíveis naquilo que possibilita a fusão das duas correntes filosóficas.

Considerando que a teoria racionalista de Descartes permitiu a consecução de premissas voltadas para um escopo puramente imanente, sem maiores detalhes sobre o conteúdo envolvido, logo nessa abordagem há a chance de haver “ponto cego” racionalista com alto risco de argumentos invalidados pelo empirismo, quanto à avaliação do resultado de pesquisa, desde que uma conclusão mais pormenorizada sobre a natureza ou as relações que envolvem o objeto de pesquisa sejam relevantes, em qualquer tipo de pesquisa.

Já a teoria racionalista de Aristóteles, por adotar uma imanência de ordem pragmática, utilizando-se de uma razão alinhada com a experiência sensível, advém de um pensamento

cartesiano que admite uma maior convergência com o empirista. Isso é possível na medida em que os raciocínios aristotélicos são decorrentes de relações resultantes da fragmentação do objeto estudado, o que permite maior precisão nos resultados do estudo, pois, tanto as partes como o todo, trazem na sua substância um conteúdo qualitativo próprio com vistas ao direcionamento do estudo. Ou seja, nessa abordagem há a chance de haver “ponto cego” racionalista com baixo risco de argumentos invalidados pelo empirismo, quanto à avaliação do resultado de pesquisa, desde que o “ponto cego” seja considerado irrelevante, em uma pesquisa quanti-qualitativa.

No que se refere a Locke, o empirismo enfatiza a qualidade da recepção e do processamento do conteúdo oriundo da ideia, sujeitos à variação de interpretação de pessoa por pessoa, o que pode desnaturar a semelhança das substâncias constantes dos eventos repetitivos, quando há crença sobre a influência de pormenores irrelevantes no objeto estudado. Ou seja, nessa abordagem há a chance de haver “ponto cego” empirista com alto risco de argumentos invalidados pelo racionalismo, quanto à avaliação do resultado de pesquisa, desde que o objeto trate de eventos de natureza semelhante que sejam repetitivos.

Por fim, no pensamento de Hume, o empirismo prioriza a mutabilidade da natureza do objeto, gerando novos cenários que devem ser interpretados por um “olhar” de espírito aguçado, com o passar do tempo. Assim, nessa abordagem há a chance de haver “ponto cego” empirista com baixo risco de argumentos invalidados pelo racionalismo, quanto à avaliação do resultado de pesquisa, em uma abordagem puramente qualitativa, associada a uma investigação circunstancial sedimentada na razão. Ou seja, a abordagem em tela dificulta a ocorrência de questionamentos plausíveis de ordem racionalista, no entanto tende a ter uma segurança epistemológica menor do que a abordagem aristotélica.

Assim, pelo exposto, recomenda-se uma atenção especial à abordagem aristotélica, por caracterizar uma fusão “ótima” entre o empirismo e o racionalismo, diante dos riscos de invalidade de argumentos a que qualquer pesquisa se submete. Isso ocorre devido à visão holística que se tem de cada abordagem, como se vê:

1. Nas premissas inferidas sobre a abordagem de Descartes, há a aplicação inicial do raciocínio cartesiano, fechando-se a um provável questionamento empirista acerca da validade dos argumentos, o que preserva eventuais “pontos cegos” relevantes possíveis de existir. Dessa forma, poucas pesquisas com alto grau de conteúdo nos resultados são possíveis de se realizar nessa vertente, pois a ênfase é mais forte na segurança do raciocínio cartesiano (abordagem quantitativa), sem muita margem a aspectos transcendentais ao objeto em si. Segue então a seguinte ordem, como um argumento válido: ALTO GRAU DE

RACIONALISMO NA CONCEPÇÃO DO OBJETO → ALTO GRAU DE RACIONALISMO NA ANÁLISE DOS DADOS → ALTO GRAU DE RACIONALISMO NOS RESULTADOS;

2. Enquanto que nas premissas inferidas da abordagem de Aristóteles há a aplicação das teorias racionalista e empirista, simultaneamente, para a análise dos dados, o que permite que eventuais “pontos cegos” racionalistas no resultado da pesquisa sejam sanados pelo empirismo. Assim, algumas pesquisas com alto grau de conteúdo qualitativo podem ser realizadas por essa vertente (quanti-qualitativa), pois o raciocínio empregado introduz aspectos que transcendem o objeto de forma razoável. Não obstante, essa teoria segue a seguinte ordem, como um argumento válido: RAZOÁVEL GRAU DE EMPIRISMO NA CONCEPÇÃO DO OBJETO → RAZOÁVEL GRAU DE RACIONALISMO E EMPIRISMO NA ANÁLISE DOS DADOS → RAZOÁVEL GRAU DE RACIONALISMO E EMPIRISMO NOS RESULTADOS;

3. Já nas premissas inferidas da abordagem de Locke, há um rigor empirista sobre a concepção do objeto, o que permite que eventuais “pontos cegos” relevantes no resultado da pesquisa sejam preservados, quando se refere a objetos que representem eventos repetitivos de natureza semelhante, em detrimento da objetividade na pesquisa. Essa postura permite, no caso indicado, que o resultado da pesquisa seja calcado em argumentos com alto risco de invalidade pelo racionalismo, devido aos critérios indeterminados decorrentes da transcendência dos aspectos qualitativos sobre o objeto em si. Nessa esteira, a referida teoria segue a seguinte ordem, como um argumento válido: ALTO GRAU DE EMPIRISMO NA CONCEPÇÃO DO OBJETO → RAZOÁVEL GRAU DE EMPIRISMO NA ANÁLISE DOS DADOS → RAZOÁVEL GRAU DE EMPIRISMO NOS RESULTADOS; e

4. Por fim, nas premissas inferidas da abordagem de Hume há um rigor empirista, no decorrer da análise dos dados, permitindo que eventuais “pontos cegos” de grau indeterminado no resultado sejam preservados. Dessa forma, *a priori* não há problemas que as pesquisas com um conteúdo puramente qualitativo sejam realizadas por essa vertente. No entanto, dificilmente, permitem questionamentos plausíveis pela corrente racionalista em relação ao “ponto cego” porventura existente. Por fim, essa teoria segue a seguinte ordem, como um argumento válido: RAZOÁVEL GRAU DE EMPIRISMO NA CONCEPÇÃO DO OBJETO → ALTO GRAU DE EMPIRISMO NA ANÁLISE DOS DADOS → RAZOÁVEL GRAU DE EMPIRISMO NOS RESULTADOS.

Conclusivamente, as restrições e potencialidades dos quatro pensamentos filosóficos estudados, bem como os riscos de incorrer em “pontos cegos” relevantes, devem ser

observados como critério de prudência na realização da pesquisa, de forma que outros aspectos importantes no transcurso dos trabalhos não sejam desprezados pelo pesquisador.

Por outro lado, apesar de as abordagens realizadas no presente estudo não esgotarem outras possíveis decorrentes da extensa literatura existente para cada filósofo estudado, buscou-se na pesquisa estabelecer um foco na essência do pensamento desses teóricos. Essa escolha sedimentou-se nos pensamentos racionalistas e empiristas para que fossem feitas inferências universais sobre cada abordagem que estivesse centrada nas suas respectivas correntes filosóficas. E, diante dessa ordem, finalmente, alcançar uma possível fusão de ambas, sem contradizer tais essências.

Assim, a utilização de outras temáticas das teorias do conhecimento sobre os possíveis apontamentos direcionados a este estudo não exclui, por mera questão de escopo teórico, a necessidade dos cuidados epistemológicos alertados nos resultados desta pesquisa, para ambas as correntes filosóficas. Dessa forma, essa aplicação teórica torna-se exequível em diversos campos da ciência, inclusive naquelas de caráter multidisciplinar, como por exemplo, as políticas públicas.

Ressalta-se que, em um provável estudo que busque alcançar a fusão dessas duas correntes filosóficas (racionalismo e empirismo), é importante que sejam feitas adequações que envolvem aspectos acerca da concepção do objeto de pesquisa, da análise dos dados e do alcance dos resultados. O levantamento desses aspectos deve ser uma medida preliminar, pois influencia no direcionamento dos trabalhos, por estarem relacionados diretamente à abordagem adotada, à disponibilidade dos dados e ao problema de pesquisa a ser desvelado.

Diante das evidências constatadas no estudo, sugere-se então que, em determinados casos, é possível a fusão das teorias empiristas e racionalistas na consecução de argumentos válidos aplicáveis em métodos científicos quanti-qualitativos, a partir das posturas filosóficas adotadas, atribuindo um sentido de complementaridade entre as duas correntes teóricas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Órganon (Categorias)**. Tradução: Edson Bini. 2ª edição. Bauru: Edipro, 2010.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução: Jacob Guinsburg e Beto Prado Júnior. Paris, J. Vrin, 1996.

DESCARTES, R. **Regras para a direção do espírito**. Tradução: João Gama. Lisboa: Edições 70, 1970.

HANGUETTE, A. **Racionalismo e Empirismo na Sociologia**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9101>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

THIRY-CHERQUES, H. R. **O racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje**. Cadernos EBAPE.BR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v1n1/v1n1a05.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2019.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

ZOGAHIB, A. L. N; FERREIRA, A. C. B; CARVALHO NETO, O Método Entre o Racionalismo e o Empirismo. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n. 6, art. 8, p. 154-173, nov./dez. 2019.

Contribuição dos Autores	A. L. N. Zogahib	A. C. B. Ferreira	A. R. Carvalho Neto
1) concepção e planejamento.		X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X